



| Preços de Beneficiamento | | | |
|--------------------------|--|--------------------|------------|
| 5 | Secagem | | |
| 5.1 | Arroz e/ou Sementes com umidade maior que 13,5% e até 16,0% | tonelada | 11,92 |
| 5.2 | Outros produtos com umidade maior que 13,5% e até 16,0% | tonelada | 9,17 |
| | De 16,1 ate 17% | tonelada | 10,37 |
| | De 17,1 até 18% | tonelada | 11,91 |
| | De 18,1 até 19% | tonelada | 13,58 |
| | De 19,1 até 20% | tonelada | 15,26 |
| | De 20,1 até 21% | tonelada | 18,58 |
| | De 21,1 até 22% | tonelada | 26,28 |
| | De 22,1 até 23% | tonelada | 30,12 |
| | De 23,1 até 24% | tonelada | 33,96 |
| | De 24,1 até 25% | tonelada | 38,44 |
| | Acima de 25%, acrescer por grau de umidade | tonelada | 4,32 |
| 6 | Limpeza | | |
| 6.1 | Produto com teor de impurezas superior a 1,0% | tonelada | 2,17 |
| 7 | Expurgo | | |
| 7.1 | Ensacados | tonelada | 1,44 |
| 7.2 | Granel | tonelada | 2,56 |
| Taxas de Outros Serviços | | | |
| 8 | Serviços de Braçagem | | |
| 8.1 | Carga, descarga e outros | ton/vol. | preço dia |
| 9 | Serviço de Classificação Vegetal - Grãos | | |
| 9.1 | Preço mínimo por certificado - quando a quantidade a que a amostra se refere totalizar um valor a ser cobrado pelo serviço de classificação for inferior a R\$ 25,00 | certificado | 29,17 |
| 9.2 | Certificado representativo de todo um lote amostrado - Preço por tonelada ou fração para quantidades de até 250 toneladas | Tonelada ou fração | 1,19 |
| 9.3 | Certificado representativo de todo um lote amostrado - Preço por tonelada ou fração para quantidades maiores que 250 toneladas até 2000 toneladas | Tonelada ou fração | 1,04 |
| 9.4 | Certificado representativo de todo um lote amostrado - Preço por tonelada ou fração para quantidades maiores que 2000 toneladas | Tonelada ou fração | 0,88 |
| 9.5 | Despesas com viagens e estadias para serviço de amostragem, feito quando solicitado pelo cliente e tendo como parâmetro para formação do preço a tabela de reembolso de despesas de viagem da CEA-GESP | Por período | A combinar |
| 9.6 | Para amostra enviada pelo cliente com Termo de Remessa amostra - certificado referente apenas à amostra enviada - Preço do certificado emitido | certificado | 29,17 |
| 9.7 | Serviços de classificação referentes a contratos firmados e com CONAB | | A combinar |
| 10 | Outros Serviços | | |
| 10.1 | Transbordo - 08 dias corridos | tonelada | 5,40 |
| 10.1.1 | Transbordo - 05 dias corridos | tonelada | 4,86 |
| 09.2 | Pesagem avulsa - rodoviária | veículo | Preço dia |
| 10.2.1 | Pesagem avulsa - ferroviária | vagão | 25,00 |
| 10.3 | Emissão de Warrant/CD ou Recibo de Depósito | título | 25,00 |
| 11 | Serviços Extraordinários | | |
| 11.1 | Serviços extraordinários dias úteis - até 22:00 h | % | 50% |
| 11.2 | Serviços extraordinários nos dias úteis - das 22:00 às 05:00 h | % | 100% |
| 11.3 | Serviços executados aos sábados, domingos e feriados. | % | 100% |
| Serviços Administrativos | | | |
| 12 | Atualização Monetária ou Financeira | | |
| 12.1 | Juros de mora sobre débito não liquidado até o dia 10 do mês subsequente. | Mês | 1,0% |
| 12.2 | Multa por atraso de pagamento sobre débito não liquidado até o dia 10 do mês subsequente. | | 2,0% |

MÁRIO MAURICI DE LIMA MORAES
Diretor-Presidente

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO Nº 42/2013

Em 17 de dezembro de 2013, a autoridade competente, SR. MÁRIO MAURICI DE LIMA MORAIS, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 122/2013 Pregão Eletrônico nº 042/2013 à empresa CONTE & SILVA LABORATÓRIO AMBIENTAL LTDA-ME, CNPJ Nº 04.135.013/0001-29, para o MENOR PREÇO POR LOTE no valor ofertado de R\$ 6.175,00.

WENCESLAU MASSAYUKI DAMURA
Pregoeiro

(SIDECE - 17/12/2013) 225001-99999-2013NE999999

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

COMUNICADO

A Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, informa que, através do voto DIAFI nº 127/2013 e do voto DIRAB nº 078/2013, foram aprovadas as condições e critérios de renegociação das dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e estoques reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011, que estejam em cobrança administrativa ou judicial, conforme lei 12.873 de 24 de outubro de 2013.

CAPÍTULO I

Da Aplicação

Art. 1º- As condições e critérios estabelecidos nestas normas serão aplicados no âmbito dessa Companhia quando da composição de dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos -

PGPM e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011, que estejam em cobrança administrativa ou judicial.

Art. 2º- Poderão ser parceladas as dívidas de armazenadores pessoas físicas e jurídicas, armazéns gerais ou não gerais, cooperativas, ou Companhias Estaduais, incluídas aquelas que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, assim considerados:

I - as dívidas de armazenagem oriundas de perdas de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM estocados nos armazéns de terceiros acobertadas pelo Contrato de depósito com Cláusula de Sobre taxa;

II - os demais débitos administrativos de armazenagem relacionados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e detectados pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, por ocasião de suas operações de fiscalização de armazéns.

Art. 3º - Para efeitos do disposto nesta Regulamentação, considerar-se-á sinistro toda ocorrência que tenha provocado danos parciais ou totais às mercadorias armazenadas., segundo dispõe o inc. III do § 2º do art. 50 da Lei nº 12.873/2013.

CAPÍTULO II

Da Quantificação e Precificação da Dívida

Art. 4º - Em hipótese alguma será realizada nova aferição/apuração de quantitativos de perdas/faltas/avarias.

Art. 5º - Para efeitos dessa renegociação, serão consideradas dívidas as quantidades de produto efetivamente apuradas pela área operacional da Companhia e constantes no Sistema de Perdas e Armazenagem - SPA - da CONAB, inclusas no Sistema de Cobrança - SISCOB, convertidas em moeda corrente, de acordo com a sobre taxa da unidade da Federação onde se deu a ocorrência (perda/falta/avaria/sinistro), no dia em que deveria ter se dado o pagamento.

Parágrafo único. Caso o débito tenha sido objeto de parcelamento anterior, considerar-se-á o valor consolidado em moeda corrente na respectiva data da renegociação, ou pela conversão da quantidade de produto devida constante do acordo pela sobre taxa da respectiva unidade da Federação, na data de assinatura do acordo.

Art. 6º - Para as dívidas anteriores não amparadas pelo Contrato de Depósito com Cláusula de Sobre taxa será utilizado o preço do produto à data estipulada para pagamento.

Parágrafo único - Quando não for possível detectar no processo administrativo ou nos registros da CONAB o preço do produto ao tempo em que foi verificada/constatada a perda, será utilizado o preço mínimo do Governo Federal constante no SIAGRO.

Art. 7º - Como dia do pagamento considerar-se-á a data constante no documento de cobrança para entrega do produto ou indenização em dinheiro.

Parágrafo único. Não sendo possível detectar no processo administrativo documentação que identifique cobrança para entrega do produto ou indenização em dinheiro, considerar-se-á como data do pagamento 30 (trinta) dias a partir da constatação da perda registrada no SPA.

CAPÍTULO III

Do Cálculo da Dívida e do Pagamento à Vista

Art. 8º- A liquidação da dívida em moeda corrente poderá ser feita à vista ou parceladamente, sendo que o débito original consolidado pela área operacional da Companhia ao tempo da perda/falta/avaria, consignado no respectivo TVN -Termo de Vistoria e Notificação - ou no DES - Demonstrativo de Estoques Eletrônico, constantes no SPA e registrados no SISCOB, conforme art. 4º dessa Resolução, será atualizado até a data da liquidação ou da renegociação, de acordo com as seguintes condições:

I - aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC;

II - juros à taxa nominal de 3,5% (três e cinco décimos por cento) ao ano.

Parágrafo único. Fica dispensada a cobrança de multas de mora e honorários advocatícios.

Art. 9º- Serão concedidos rebates nas seguintes proporções: I - 100% (cem por cento) dos juros para a liquidação total da dívida no prazo de 180 dias contados da publicação da lei nº 12.873/2013;

II - 80% (oitenta por cento) dos juros para as dívidas parceladas em até 120 (cento e vinte) meses;

III - 60% (sessenta por cento) dos juros para as dívidas parceladas em até 180 (cento e oitenta) meses.

Art. 10 - Considera-se pagamento à vista toda renegociação ajustada e efetivada em até 180 dias contados de 24 de outubro de 2013, sendo a quitação da dívida em uma única parcela, observados os rebates do artigo anterior.

Seção I

Do Pagamento Parcelado em Moeda Corrente

Art. 11 - As dívidas quantificadas nas formas do art. 5º dessa Resolução, calculadas e atualizadas conforme art. 8º, poderão ser parceladas até o limite máximo improrrogável de 180 (cento e oitenta) meses, devendo ser consolidadas na data do requerimento, observados os rebates do artigo 9º.

Art. 12 - A dívida objeto do parcelamento será consolidada na data do requerimento e dividida pelo número de prestações que forem indicadas no respectivo requerimento, observados os rebates do art. 9º.

Parágrafo único. O valor das parcelas definidas na forma do caput deste artigo será atualizado monetariamente até a data do respectivo pagamento conforme estabelecem os artigos 8º e 9º desta Resolução.

Seção II

Do Pagamento em Produto

Art. 13 - A critério da Diretoria de Abastecimento - DIRAB, o pagamento poderá se dar em produto, à vista ou parceladamente, sendo que o débito original consolidado pela área operacional da Companhia ao tempo da perda/falta/avaria, consignado no respectivo TVN -Termo de Vistoria e Notificação - ou no DES - Demonstrativo

de Estoques Eletrônico, - constantes no SPA e registrados no SIS-COB, conforme art. 4º desta Resolução, será atualizado até a data da liquidação ou da renegociação, de acordo com as seguintes condições:

I - aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC;

II - juros à taxa nominal de 3,5% (três e cinco décimos por cento) ao ano.

Parágrafo único. Fica dispensada a cobrança de multas de mora e honorários advocatícios.

Art. 14 - A Companhia concederá os mesmos rebates para as dívidas pagas em moeda corrente, nas seguintes proporções:

I - 100% (cem por cento) dos juros para a liquidação total da dívida no prazo de 180 dias contados da publicação da lei nº 12.873/2013;

II - 80% (oitenta por cento) dos juros para as dívidas parceladas em até 120 (cento e vinte) meses;

III - 60% (sessenta por cento) dos juros para as dívidas parceladas em até 180 (cento e oitenta) meses.

Art. 15 - Os produtos dados em pagamento serão obrigatoriamente da safra atual e deverão estar limpos, secos, devidamente classificados e depositados em Unidades Armazenadoras indicadas pela CONAB, de acordo com a regulamentação vigente referente à formação de estoques da PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos.

Parágrafo único. O produto dado em pagamento objeto desta renegociação deverá ter sua classificação necessariamente feita por entidade prestadora de serviço de classificação credenciada no MAPA e contratada pela CONAB.

Art. 16 - A Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB - poderá avaliar proposta do devedor de efetuar o pagamento em outro produto, diferente daquele objeto da perda/avaria/falta e/ou desvio, conforme disposto no artigo anterior.

Art.17 - No caso do artigo anterior, para efeitos de cálculo do valor devido, serão observados os mesmos critérios constantes nos artigos 13 e 14 desta Resolução, sendo que o valor encontrado será convertido ao equivalente do produto indicado pela DIRAB.

Art.18 - Todas as despesas referentes ao pagamento da dívida em produto, incluindo todas aquelas operacionais, bem como créditos de tributos quando for o caso, correrão às expensas do devedor e não se incluem na renegociação ora tratada.

Art. 19 - Será considerado como pagamento à vista a reposição do produto em até 180 (cento e oitenta) dias contados de 24 de outubro de 2013, em uma única parcela/entrega do produto.

Art. 20 - O pagamento em produto de forma parcelada somente será possível desde que cada parcela não seja inferior a 1.000 (mil) toneladas.

§ 1º - No ato da formalização da avença o devedor deverá efetuar a título de entrada o pagamento em moeda corrente, do valor equivalente a 10% (dez por cento) do débito devidamente atualizado nas formas desta Resolução;

§ 2º - Respeitado o limite máximo de 180 (cento e oitenta) meses estabelecido pela Lei n.º 12.873/2013, o número de parcelas, bem como a periodicidade, será estabelecido/fixado no momento da renegociação perante a DIRAB.

§ 3º - O valor de cada parcela será financeiramente atualizado na data do pagamento, mediante aplicação do INPC e juros de 3,5% (três e meio por cento), convertido na sobre taxa do produto.

Seção III

Da Dação em Pagamento

Art. 21 - As dívidas de que cuida essa Resolução poderão ser liquidadas mediante dação em pagamento de imóveis livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, desde que convenientes à CONAB segundo discricionariedade da administração.

Art. 22 - Na liquidação da dívida por esta modalidade, faz-se necessário:

I - A avaliação do imóvel feita pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco do Brasil S.A., correndo as despesas de avaliação por inteira responsabilidade do devedor ofertante do bem;

II - Caberá à Diretoria Administrativa, Financeira e Fiscalização - DIAFI, ouvidas as áreas técnicas competentes, deliberar sobre a proposta do devedor, submetendo-a à aprovação da Diretoria Colegiada e autorização do Conselho de Administração da CONAB - CONAD, nas formas do inc. VIII do art. 16 do Estatuto Social;

III - Aprovada a proposta pela Diretoria Colegiada e autorizado o recebimento do bem imóvel pelo CONAD, a documentação pertinente será encaminhada à área jurídica para formalização do acordo.

Seção IV

Da Formalização da Renegociação de Dívidas

Art. 23 - Para efeitos desta Regulamentação, bem como do § 11 do art. 50 da Lei nº 12.873/2013, somente poderão ser renegociadas as dívidas cujos titulares estipulados no caput do artigo 2º tenham formalmente aderido, no prazo de 180 dias contados a partir de 24 de outubro de 2013.

§ 1º - A adesão deverá ser feita mediante pedido formal apresentado à Superintendência Regional a qual o devedor esteja vinculado, considerando-se para tanto o local originário da dívida, ou perante a Matriz, que será efetivamente responsável pela renegociação.

§ 2º - O pedido de que trata o parágrafo anterior deverá ser feito pelo próprio devedor pessoa física ou pelo representante legal da pessoa jurídica devedora.

Art. 24 - O pedido de adesão apresentado e recebido pela SUREG será encaminhado para a DIAFI, devidamente acompanhado do processo administrativo correspondente a(s) perda(s), e/ou os documentos eventualmente existentes que façam prova da perda/falta/avaria/desvio.

Parágrafo único. Caberá à DIAFI o cálculo do valor devido, observando para tanto os critérios estabelecidos nos artigos 5º, 8º e 9º desta Resolução.